

# Diário do Legislativo de 13/08/1997

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 114ª Reunião Ordinária de Debates

1.2 - 55ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa,

em 7 de agosto de 1997, Destinada à Instalação

da Subcomissão Permanente de Desestatização e

Desburocratização da Comissão de Economia,

Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados

1.3 - Audiência Pública da Região Sul II

1.4 - Reuniões de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO

ANTERIOR

## 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATAS

ATA DA 114ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 11 DE AGOSTO DE 1997

Presidência do Deputado Arnaldo Penna

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Atas - Correspondência: Ofícios e telegrama - Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 1.323/97 - Comunicações: Comunicações dos Deputados Alencar da Silveira Júnior, Paulo Schettino e Dinis Pinheiro - 2ª Fase: Abertura de Inscrições - Palavras do Sr. Presidente - Leitura de Comunicações Apresentadas - ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.

### COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Cleuber Carneiro - Elmo Braz - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Arnaldo Penna - Baldonado Napoleão - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Geraldo Nascimento - Gil Pereira - José Bonifácio - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Mauri Torres - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Wilson Pires.

### ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Arnaldo Penna) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

### 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Atas

- O Deputado Antônio Andrade, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

## Correspondência

- O Deputado Bilac Pinto, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

### OFÍCIOS

Do Sr. Paulo Paiva, Ministro do Trabalho, agradecendo o envio das Informações Prévias nºs 10 a 13/97, referentes a projetos de lei em tramitação nesta Casa.

Do Sr. Nicodemus Falcão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, comunicando que essa Casa aprovou a indicação de que seja sugerido às Assembléias Legislativas enviarem expediente ao Presidente da República, solicitando a inclusão do Ministério da Agricultura como membro do Conselho Monetário Nacional, com direito a voz e voto. (- À Comissão de Agropecuária.)

Do Sr. João Bosco Murta Lages, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, informando, em resposta a solicitação do Deputado Adelmo Carneiro Leão (informações acerca dos exames de legalidade realizados nos convênios de subvenções sociais, auxílio para despesa de capital e transferências para os municípios, celebrados por meio desta Casa, de 1996 até a presente data), que, nos assentamentos daquele órgão, não há registro de processos dessa natureza, no período mencionado.

Do Sr. Eduardo Barbosa, Secretário do Trabalho, informando que, em 24/6/97, foi firmado convênio entre essa Secretaria, a Faculdade de Engenharia e Agrimensura de Minas Gerais - FEAMIG - e a Prefeitura Municipal de Berilo, objetivando a prestação de serviços nas áreas de cartografia, topografia e aerofotogrametria por alunos e monitores da FEAMIG. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. José Henrique Santos Portugal, Secretário-Geral do Governador do Estado, encaminhando os dados correspondentes ao número de matrículas efetivas e de turmas da rede de ensino estadual, verificados no mês de maio de 1997. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. José Henrique Santos Portugal, Secretário-Geral do Governador do Estado, informando, em resposta a pedido do Deputado Geraldo Nascimento - instalação de uma divisão da Delegacia de Ordem Econômica junto ao PROCON Municipal -, que, segundo estudo feito, não é necessária, no momento, a instalação da referida delegacia.

Do Sr. Tarcísio Humberto Parreiras Henriques, Secretário da Justiça, informando, em atenção a pedido da CPI dos Presídios, que, nos arquivos dos estabelecimentos penais, nada foi encontrado sobre o Sr. Ademilson de Souza Cruz. (- À CPI dos Presídios.)

Do Sr. Renato Fraga, Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares, enviando, para análise, cópia do relatório da comissão nomeada por aquela Casa para discutir questões referentes a Cadeia Pública do município. (- À Comissão de Defesa Social.)

Do Sr. Luiz Ricardo M. Maletta, Diretor-Presidente da PRODEMGE, prestando esclarecimentos sobre os preços cobrados pelos serviços prestados ao IPSEMG e enviando documentação solicitada por este Legislativo, para subsidiar discussões na CPI do IPSEMG. (- À CPI do IPSEMG.)

Do Sr. José Maria Borges, Presidente do IPSEMG (2), encaminhando dados estatísticos referentes à área de saúde e às áreas médica e odontológica do Instituto nos últimos dez anos. (- À CPI do IPSEMG.)

Da Sra. Marília Teixeira Diniz Domingues (2), Superintendente de Administração do IPSEMG, encaminhando informações sobre o número atual de profissionais da área de saúde e sobre a aquisição de equipamentos de informática. (- À CPI do IPSEMG.)

Do Sr. Elmo Meirelles Pahl, Superintendente Estadual do Banco do Brasil, agradecendo o convite para participar da reunião em comemoração aos 45 anos do Banco do Nordeste do Brasil e em homenagem a seu Presidente, Sr. Byron Costa de Queiroz.

Do Sr. Paulo Henrique Lanza dos Santos, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas, e de funcionários públicos de Uberlândia, solicitando apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 1.214/97, do Deputado José Militão. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.214/97.)

Do Sr. Murilo Flores, Secretário de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, comunicando a realização de convênio entre aquele órgão e a Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais. (- À Comissão de Agropecuária.)

Do Sr. Arnaldo Lemos Figueiredo, Delegado Federal de Agricultura em Minas Gerais, encaminhando cópia do extrato do convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e a EMATER-MG, em cumprimento a determinações legais. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 101, inciso XV, do Regimento Interno.)

Do Sr. Flávio Vinicius Macedo, Coordenador Geral do Fundo Nacional da Cultura (2), comunicando, em nome do Ministro da Cultura e do Secretário de Apoio à Cultura, a celebração de convênios entre o Fundo Nacional da Cultura e a UFMG e entre o mesmo Fundo e a Universidade Federal de Ouro Preto, tendo em vista as atribuições fiscalizadoras desta Casa. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Fernando Alberto Freire, Gerente de Convênios da Fundação Nacional de Saúde (3), encaminhando a documentação que menciona, referente à celebração de convênios entre essa Fundação, a Fundação Ezequiel Dias e a Secretaria da Saúde. (- À Comissão de Fiscalização Financeira para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 101, inciso XV, do Regimento Interno.)

Do Sr. Geraldo Magela de Faria, Diretor de Suprimento Escolar da Secretaria da Educação, comunicando, em atenção a requerimento do Deputado Dimas Rodrigues (solicitação de conjunto de bandeiras), que essa Diretoria não possui o referido material.

Da Sra. Elizabet Maia, Chefe de Gabinete do Deputado Federal Silas Brasileiro, encaminhando, em atendimento a solicitação do Deputado Carlos Pimenta, informação do DNER relativa à implantação e à pavimentação da BR-135, no trecho Januária-Itacarambi-Manga.

Do Sr. Fábio Veras, Secretário Executivo da Presidência da FIEMG, agradecendo o envio de informações prévias sobre projetos em tramitação nesta Casa.

Do Sr. Everardo Campos, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - UNAFISCO -, enviando, para análise, anteprojeto de reforma política que visa à autonomia dos partidos; propostas de emenda à Constituição relativas à área tributária; e estudo que contesta os supostos privilégios previdenciários dos servidores públicos e os prognósticos de falência próxima da Previdência. (- À Comissão de Justiça.)

Do Sr. Eutárcio Avezani, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Juiz de Fora, solicitando a intercessão desta Casa para que os moradores da Colônia de São Firmino, no Município de Ewbank da Câmara, tenham transporte coletivo mais acessível para Juiz de Fora. (- À Comissão de Administração Pública.)

De Assistentes Técnicos Fazendários da SRF - Mata da Secretaria da Fazenda, solicitando a aprovação do Projeto de Lei nº 1.273/97, do Deputado José Militão. (- Anexe-se ao

Projeto de Lei nº 1.273/97.)

De funcionários da SRF - Norte da Secretaria da Fazenda, solicitando a manutenção do instituto do apostilamento e a redução para cinco anos do tempo de exercício necessário para obtê-lo. (- À Comissão de Administração Pública.)

#### TELEGRAMA

Do Sr. José Henrique Santos Portugal, Secretário-Geral do Governo, acusando recebimento do Ofício nº 1.390/97, que encaminhou requerimento do Deputado Roberto Amaral.

#### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª Fase do Pequeno Expediente.

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

#### PROJETO DE LEI Nº 1.323/97

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Ituiutaba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Ituiutaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 25 de junho de 1997.

Geraldo Rezende

Justificação: A referida Associação tem-se destacado, naquele município, entre as instituições cujo objetivo é o tratamento, a educação, a reabilitação e a inserção social do excepcional.

A entidade, de caráter assistencial, foi fundada em 8/11/71 e é composta por uma diretoria formada por pessoas idôneas, que não recebem remuneração pelos cargos ocupados.

Por acreditar nos benefícios que a entidade traz àquele município, apresentamos este projeto, solicitando apoio de nossos ilustres pares para sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

#### COMUNICAÇÕES

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Alencar da Silveira Júnior, Paulo Schettino e Dinis Pinheiro.

#### 2ª Fase

#### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e os pronunciamentos de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

#### Palavras do Sr. Presidente

Neste momento, passamos a ler as palavras do Deputado Romeu Queiroz, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. (- Lê:)

"A Presidência da Assembléia Legislativa manifesta o sentimento solidário de todo o povo mineiro - irmanado ao sentimento de todos os brasileiros - pelo falecimento de Betinho, o humanista e sociólogo Herbert de Souza, ocorrido na noite do último sábado, na cidade do Rio de Janeiro.

Betinho encarnou, para todos os brasileiros, a essência viva da cidadania, em seu incansável trabalho para despertar consciências e mobilizar a vontade política de seus compatriotas em favor dos excluídos, em todos os níveis e em todas as classes da sociedade brasileira.

Portador do vírus HIV, contraído em transfusão de sangue, Betinho deu permanente lição de coragem e desprendimento, de amor à vida e exemplo de luta. Sua dignidade transcendeu a dimensão pessoal, pois dedicou sua vida, em verdadeira doação, às causas sociais do seu povo. E assim o fez desde a mocidade, quando sofreu o cerceamento da militância política, até os anos da sua maturidade, quando, regressando do exílio, retomou na plenitude seus direitos de cidadão, tornando-se a voz e a ação que, denunciando as injustiças do seu tempo, irradiavam também a esperança de um tempo novo.

Esse mineiro de Bocaiúva terá seu espírito sempre presente no curso do processo social brasileiro, pois as idéias que defendeu e as iniciativas que criou e liderou - desde a histórica campanha de mobilização em torno da questão da fome e da miséria até a sempre continuada Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida - seguirão sendo símbolos permanentes das mudanças e das transformações que a sociedade brasileira se deve a si mesma, hoje e amanhã.

Juntamente com seus queridos familiares, a quem externamos nosso carinho, todos sentimos por Betinho o mesmo e puro afeto que ele, em sua vida fecunda, corajosa, lúcida e, sobretudo, generosa, soube transmitir e também infundir em todos que seguiram e continuarão seguindo sua trajetória luminosa.

Sua mensagem continua viva entre todos nós".

#### Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelos Deputados Alencar da Silveira Júnior - falecimento do Sr. José Antônio Canaã, em Itabirito; Paulo Schettino - falecimento da Sra. Conceição Maria Moura Maia, em Lagoa Santa (Ciente. Oficie-se.); e Dinis Pinheiro - seu afastamento do território nacional no período de 11 a 18 de agosto, por motivo de viagem de núpcias aos Estados Unidos da América (Ciente. Publique-se.).

#### ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 12, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 55ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 7 DE AGOSTO DE 1997, DESTINADA À INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESESTATIZAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presidência dos Deputados Romeu Queiroz, Cleuber Carneiro e Baldoneto Napoleão

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Declaração de instalação - Palavras do Deputado Federal Rubem Medina - Palavras do Deputado Federal Francisco Horta - ENCERRAMENTO.

#### COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Elmo Braz - Dilzon Melo - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Aduato - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Baldoneto Napoleão - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - José Militão - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Roberto Amaral - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Toninho Zeitune - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

#### ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 9h43min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Dilzon Melo, 4º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Rubem Medina, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; Deputado Francisco Horta, Presidente da Subcomissão Permanente de Desestatização e Desburocratização da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; Antônio Augusto Anastasia, Secretário Executivo do Ministério do Trabalho; Fernando Perrone, Diretor do BNDES; Marcus Pestana, Secretário Adjunto de Estado do Planejamento, representando o Sr. Walfrido dos Mares Guia, Vice-Governador e Secretário de Estado do Planejamento; João Geraldo Piquet Carneiro; Francisco Américo Matos de Paiva, Presidente da Associação Comercial de Minas; Eduardo Noronha, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registro a presença, neste Plenário, dos Exmos. Srs. Deputados Federais Israel Pinheiro Filho, Lima Netto e João Fassarella.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à instalação da Subcomissão Permanente de Desestatização e Desburocratização da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

#### Palavras do Sr. Presidente

Autoridades que compõem esta Mesa, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, senhoras e senhores, a Assembléia de Minas se sente honrada em participar desta solenidade em que se instala a Subcomissão de Desestatização e Desburocratização da Câmara dos Deputados. Queremos abrir a presente reunião manifestando nosso reconhecimento ao Presidente Michel Temer e ao Deputado Rubem Medina, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, que propiciaram esse privilégio ao Legislativo mineiro.

A década de 90 determinou profundas mudanças no quadro político e econômico do Ocidente. Entre essas transformações, uma das mais importantes é o nascimento de uma nova concepção de Estado. Ela se distancia da proposta totalitária, na medida em que abre vastos espaços à atuação da sociedade civil. Rompe, ao mesmo tempo, com o modelo do Estado social clássico, que, quando levado à prática, tem degenerado em paternalismo demagógico e alimentado toda sorte de corporativismo. O que os novos tempos anunciam não significa também uma simples retomada do liberalismo em sua forma tradicional.

Estamos assistindo a uma reformulação radical do universo político, que aponta para uma integração cada vez maior entre a atividade estatal e as forças vivas da sociedade, num processo de crescente partilhamento de atribuições e responsabilidades.

Diante de tais realidades, o papel da administração pública e seu âmbito de atuação têm que ser repensados com urgência, à luz de uma nova filosofia. Num mundo marcado pela crescente globalização, em que se relativizam as fronteiras, não se pode mais pensar e agir como em décadas atrás. O que ontem foi válido é hoje obstáculo ao desenvolvimento.

É, entretanto, indispensável assegurar que as necessárias mudanças aconteçam do modo mais democrático possível, num clima de amplo debate, aberto à participação plena dos

diversos segmentos da comunidade. Nesse contexto, o órgão que agora se instala adquire uma importância única. Ele deve ser um interlocutor privilegiado na discussão sobre como deverá ser o Estado brasileiro do terceiro milênio.

Para nós, é motivo de orgulho assistirmos à posse, na Presidência da Subcomissão de Desestatização e Desburocratização, do Deputado Federal Francisco Horta, um mineiro ilustre que, pela liderança e pelo espírito público, projeta-se cada vez mais no cenário político brasileiro.

Minas sempre esteve presente nos grandes momentos da vida nacional. Entre essas montanhas, que viram germinar as primeiras sementes de liberdade no solo pátrio, formularam-se soluções e traçaram-se rumos para o Brasil. Por isso mesmo, a solenidade de hoje tem a força de símbolo e vem lembrar que nada se faz de sólido e duradouro neste País sem o concurso do espírito de Minas.

Neste momento, a Presidência passa a palavra ao Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, Deputado Rubem Medina, que coordenará os trabalhos desta Reunião Especial.

#### Declaração de Instalação

O Deputado Federal Rubem Medina - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, é uma honra e um enorme prazer estar na Assembléia Legislativa de Minas Gerais para instalar a Subcomissão Permanente de Desestatização e Desburocratização da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

Neste momento, declaro instalada a Subcomissão Permanente de Desestatização e Desburocratização, composta pelos seguintes membros: Enivaldo Ribeiro, Israel Pinheiro, João Fassarella, Lima Netto, Luiz Braga e Odacir Klein e presidida pelo Deputado Francisco Horta.

#### Palavras do Deputado Federal Rubem Medina

Senhores, é uma grande honra vir a Minas Gerais fazer a instalação desta Subcomissão, da qual fui Presidente, podendo acompanhar os trabalhos de desestatização durante quatro ou cinco anos, não só na qualidade de Presidente, mas também como interessado no assunto. Sugerimos muitas modificações e fizemos trabalhos conjuntos com o BNDES e com o Executivo para melhorar e aprimorar todo o sistema de desestatização. Hoje, na Subcomissão, está incluída a desburocratização, assunto extremamente importante que, infelizmente, não está recebendo o tratamento que deveria por parte do Governo.

Não tenho dúvida de que hoje teremos uma Subcomissão que irá trabalhar no sentido de sensibilizar determinados segmentos e setores do próprio Executivo para que trabalhem melhor a desburocratização. É extremamente importante, inclusive, sugerirmos ao Executivo a criação de uma Secretaria da Desburocratização. Talvez seja esse o caminho mais próprio para tratarmos desse assunto.

Repito que é um prazer muito grande estar aqui para fazer a instalação desta Subcomissão, mas é evidente que mais importante é que os senhores ouçam a palavra do Presidente da Subcomissão de Desestatização e Desburocratização, a quem passo a palavra. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Cleuber Carneiro) - Com a palavra, o Deputado Francisco Horta.

#### Palavras do Deputado Federal Francisco Horta

Exmos. Srs. Deputado Cleuber Carneiro, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; Deputado Rubem Medina, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara Federal; Dr. Antônio Augusto Anastasia, Secretário Executivo do Ministério do Trabalho; Fernando Perrone, Diretor do BNDES; Marcus Pestana, representante do Vice-Governador do Estado; João Geraldo Piquet Carneiro, ex-Secretário Executivo do antigo Ministério da Desburocratização; Francisco Américo Marcos de Paiva, Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais; Eduardo Silveira de Noronha, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte; senhoras e senhores, como Presidente da Subcomissão que acaba de ser instalada, cabe-nos agradecer ao Deputado Rubem Medina, Presidente da Comissão de Economia da Câmara, essa distinção que me é conferida.

Além de extremamente gratificante, é grande a responsabilidade desta Subcomissão, que objetiva a modernização do Estado brasileiro e a simplificação da vida do cidadão.

Isso porque a modernização, exigida também pelo desenvolvimento econômico, deve recuperar o aspecto positivo do Estado como agente da sociedade, preocupado com o bem-estar de cada cidadão.

Entendemos que devemos retomar o ímpeto inicial do extinto Ministério da Desburocratização que, apesar do curto período de funcionamento, deixou marcar as lições que devem ser reabsorvidas, ampliadas e atualizadas, em consonância com o fenômeno da globalização.

Sabemos bem que a burocracia tem longos tentáculos, cuja a tendência é sempre crescente, complicando a vida do cidadão, assoberbado com toda a sorte de exigências para provar, comprovar e reafirmar o dispensável.

A sociedade, as empresas, o País têm direito a serviços seguros, rápidos e eficientes.

Mais bem informado e mais exigente, o brasileiro quer receber melhores serviços em troca do muito que paga ao Estado.

Portanto, é cada vez menor o espaço para o Estado empresário.

Nessa linha, o Brasil tem implementado programa de desestatização que, apesar de alguns atrasos, tem apresentado resultados significativos. Nesse momento, vivendo uma de suas melhores fases, conduzido com competência pela atual direção do BNDES.

Numa visão de futuro próximo, as privatizações brasileiras nas áreas de telecomunicações, energia, petróleo, portos, rodovias e ferrovias certamente serão fatores de modernização da economia brasileira e forte instrumento de capitalização para o engajamento da dívida mobiliária do Estado, com a conseqüente alavancagem de um desenvolvimento sustentado.

Também diz respeito a modernização das relações de trabalho.

O Brasil, inserido numa economia globalizada extremamente competitiva, tem muito a realizar.

Nesse aspecto, o Ministério do Trabalho tem se pontificado como agente inovador e atuante.

É marco significativo a instalação desta Subcomissão na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Na verdade, estamos aqui inspirados pela linha de ação desta Casa, que, de maneira extremamente eficiente, tem interiorizado suas ações, a partir das produtivas audiências públicas regionais.

O parlamento não pode se distanciar do povo, sob pena de, isolando-se, comprometer sua própria legitimidade.

Sob a inspiração desse símbolo da nossa Assembléia, à qual agradecemos essa acolhida, é que pretendemos abrir nossos trabalhos, assumindo o compromisso de permanecer abertos a sugestões, consultas e trocas de experiências que possam nos garantir o máximo de realizações de simplificação do cotidiano do cidadão e das empresas.

Nossos trabalhos serão extremamente facilitados com a experiência e competência dos companheiros Deputados que compõem a Subcomissão: Enivaldo Ribeiro, João Fassarella, Lima Netto, Odacir Klein e Luiz Braga a quem agradecemos a participação.

Um agradecimento especial ao Presidente desta Casa, Deputado Romeu Queiroz, que, com a sua cortesia de sempre, nos acolheu, bem como aos companheiros do Legislativo que nos prestigiam.

Nossos agradecimentos aos responsáveis por este evento, nossos agradecimentos aos funcionários da Assembléia, bem como àqueles da Câmara Federal que nos auxiliam na Comissão de Economia.

Estão encerrados os trabalhos de instalação da Subcomissão Permanente de Desestatização e Desburocratização da Câmara Federal. Muito obrigado.

## ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente (Deputado Baldonedo Napoleão) - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária deliberativa de hoje, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REGIÃO SUL II, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

#### 1ª Parte

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia sete de julho de mil novecentos e noventa e sete, no auditório da Faculdade de Direito do Sul de Minas, em Pouso Alegre, realiza-se a Audiência Pública da Região Sul II, com a finalidade de se ouvir o poder público e a sociedade civil organizada da região. O coordenador, Deputado Arnaldo Penna, declara aberta a audiência pública e convida a tomar assento à mesa os Srs. Jair Siqueira, Prefeito Municipal de Pouso Alegre; Marcos Vinicius Campos Campanella, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Silvio Carvalho Mitre, Secretário da Habitação; Simão Pedro Toledo, Conselheiro do Tribunal de Contas; Marcus Vinicius Caetano Pestana da Silva, Secretário Adjunto do Planejamento e Coordenação Geral e representante do Poder Executivo; Válder José Vieira, Juiz da Comarca de Pouso Alegre e representante do Poder Judiciário; Gileno Novais, representante do Tribunal de Contas, e Vitor Vieira dos Santos, Presidente da Federação de Associações Microrregionais de Municípios - FEMAM -; os Deputados Alencar da Silveira Júnior, Ronaldo Vasconcellos, Ambrósio Pinto, Jorge Eduardo de Oliveira, Alberto Pinto Coelho e Sebastião Navarro Vieira e o Deputado Federal Roberto Brant. Compõem a Mesa, ainda, os Srs. Luiz Roberto Pieroni, Mécio Moterani Swerts, de Machado; José Alfredo Carvalho Melo, de São Vicente de Minas; José Siqueira Serva, de Baependi; Marcelo José da Cunha, de Andrelândia; José Márcio Ferreira, Prefeito Municipal de Conceição do Rio Verde; Daniel de Carvalho, de Alfenas; Luiz F. Paiva Júnior, de São Tomé das Letras; José Francisco Marques Ribeiro, Prefeito Municipal de Itajubá; Rosa Maria Martins Alves, de Bandeira do Sul; Rubens Barros Santos, Prefeito Municipal de Cambuquira; Paulo Andrade da Cunha, Prefeito Municipal de Carvalhos; Wilton José Negreiros Junqueira, de Carmo de Minas; Mariana Isabel C. Siqueira, de Conceição dos Ouros; Marcus Nagib Gadben, Prefeito Municipal de Caxambu; Gérson José Alves, Prefeito Municipal de Passa-Vinte; Daulto Bitencourte Garcia, de Heliodora; Rev. Bendito Amaro, de Borda da Mata; Pedro Paulo Alkimim de Oliveira, Prefeito Municipal de Delfim Moreira; João Bosco de Brito, Prefeito Municipal de Paraisópolis; Carlos Antônio Pereira, Prefeito Municipal de Piranguçu; Fábio Borges, de Campestre; Lázaro Baltazar de Rosa, Prefeito Municipal de Consolação; Carlos Motta, Prefeito Municipal de Piranguinho; Jair Sebastião Coura, de Marmelópolis; Paulo César Dacache Balieiro, de Bocaina de Minas; Telmo Godinho de Oliveira, de Ouro Fino; Mário Roberto Fonseca, de Itamonte; Robinson Queiroz Costa, de Brasópolis; Walter Rodrigues, de Cristina; Geraldo Tadeu Pereira dos Santos, Prefeito Municipal de Poços de Caldas; Rafael de Aguiar Vilela, de Pouso Alto; Marcílio de Sousa Magalhães, de Andradás; Vitor Nery de Moraes Júnior, de Silvanópolis, e Maria Celeste Arantes Ribeiro, Vereadora à Câmara Municipal de Cruzília. Registra-se a sugestão de um dos representantes para que se faça uma nova divisão regional visando maior adequação à realidade política e sócio-econômica dos municípios do Estado. O coordenador informa que, paralelamente a esta audiência, os alunos das Escolas Estaduais Monsenhor José Paulino e Virgílio Paschoal, de Pouso Alegre, estão participando do Projeto Cidadão Mirim, promovido pela Assembléia Legislativa, e suspende a reunião, convidando os participantes para a 2ª Parte desta audiência, logo mais, às 14 horas, com a finalidade de se apresentarem e defenderem os blocos de propostas.

#### 2ª Parte

Às 14h35min do dia 7/7/97, no auditório da Faculdade de Direito do Sul de Minas, o coordenador, Deputado Arnaldo Penna, declara aberta a 2ª Parte da audiência pública e convida o Deputado Romeu Queiroz, Presidente da Assembléia, a assumir a condução dos trabalhos. O Presidente convida a tomar assento à mesa os Srs. Paulo Tinóco, Presidente do Tribunal de Justiça; Silvio Carvalho Mitre, Secretário da Habitação; Marcus Vinicius Caetano Pestana, Secretário Adjunto do Planejamento e Coordenação Geral; Marcus Vinicius Campos Campanella, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Gileno Novais, representante do Tribunal de Contas; Vitor Vieira dos Santos, Presidente da FEMAM, e Sebastião Roberto de Paiva, Presidente da AVEMAG; e o Deputado Sebastião Navarro Vieira. O Presidente informa aos participantes que está encerrado o prazo para inscrição de candidatos a membro da Comissão Regional de Representação; faz a leitura da lista de candidatos inscritos; faz seu pronunciamento, ressaltando que as audiências públicas regionais integram um projeto mais amplo da Assembléia Legislativa e que a audiência de Pouso Alegre representa o fim de uma jornada que se iniciou no Jequitinhonha; agradece a todas as comunidades que participaram das audiências em 1997, à população do Sul de Minas e de Pouso Alegre, ao Prefeito Municipal e ao Presidente em exercício da Câmara Municipal de Pouso Alegre e ao Sr. Rômulo Coelho, Diretor da Faculdade de Direito do Sul de Minas. Na seqüência, a Presidência presta esclarecimentos acerca da dinâmica dos trabalhos desta parte da audiência, após o que passa a conceder a palavra aos membros da Mesa. O Presidente convida o Desembargador Paulo Tinóco a proceder ao sorteio de uma ambulância doada pela CIDS, o qual tem como vencedora a Prefeitura Municipal de Albertina, na pessoa do Prefeito Municipal Benedito Edivino Luis. Inicia-se a fase de negociações dos blocos de propostas. O Presidente suspende a reunião. Às 16h15min, o Presidente, Deputado Romeu Queiroz, reabre os trabalhos e convida a compor a Mesa os Srs. Eduardo Azeredo, Governador do Estado, Deputado Arnaldo Penna, coordenador desta audiência; Desembargador Paulo Tinóco, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Silvio Carvalho Mitre, Secretário da Habitação; Deputado Agostinho Patrús, Secretário da Casa Civil e Comunicação Social; Carlos Mosconi, Secretário de Assuntos Municipais; Simão Pedro Toledo, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado; José Henrique Portugal, Secretário-Geral do Governador do Estado; Jair Siqueira, Prefeito Municipal de Pouso Alegre; Marcus Vinicius Campos Campanella, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Marcus Vinicius Caetano Pestana da Silva, Secretário Adjunto do Planejamento e Coordenação Geral; Mário Lúcio Pereira, Juiz da Comarca de Pouso Alegre; Vitor Vieira dos Santos, Presidente da FEMAM, e Milton Reis, Presidente do PTB e Vice-Presidente da COPASA-MG. A Presidência divulga o resultado da eleição da Comissão Regional de Representação, responsável pelo acompanhamento dos desdobramentos desta audiência pública. São eleitos: Domingos Lolobrigida de Souza, do Município de Cruzília; Laudelino A. dos Santos Azevedo, do Município de Itajubá; Mauro Lima, do Município de Poços de Caldas; Antônio Rodrigues da Silva, do Município de Tocos do Moji, e Ana Eulália Borges de Oliveira, do Município de Silvanópolis. A seguir, o Presidente procede às assinaturas dos convênios Assembléia On Line com as Prefeituras de Pouso Alegre e Tocos do Moji e, na oportunidade, passa a palavra ao Deputado José Militão, que ressaltava a importância desse projeto, que visa transmitir informações sobre as atividades do Legislativo mineiro. Logo após, usam a palavra os Srs. Marcus Vinicius Campos Campanella, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Pouso Alegre; Jair Siqueira, Prefeito Municipal de Pouso Alegre, e Simão Pedro Toledo, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. O Presidente agradece a participação das autoridades e dos representantes dos municípios e, em seguida, passa a palavra ao Sr. Eduardo Azeredo, Governador do Estado. A Presidência suspende a audiência para que as autoridades possam se retirar. Reabertos os trabalhos pelo coordenador, Deputado Arnaldo Penna, encerra-se a fase de negociações de propostas para composição de blocos e, na oportunidade, é feita a leitura do teor dos dois blocos apresentados. No Bloco nº 1, propõe-se que o valor total de

R\$3.000.000,00 seja dividido igualmente entre os 67 municípios que fazem parte da Região Sul II e que esses recursos sejam aplicados em conformidade com a audiência pública municipal realizada por esses municípios. No Bloco nº2, propõe-se que o valor de R\$3.000.000,00 seja assim distribuído: a) R\$1.000.000,00 destinados à AMAG, para obras de saneamento básico nos municípios pertencentes a ela, em número de 21; b) R\$215.000,00 destinados à AMARP, para aquisição de viaturas policiais para cidades pertencentes a ela; R\$200.000,00 destinados à AMARP, para obras e equipamentos na instalação do hemocentro na cidade de Poços de Caldas, atendendo cidades da região; c) aplicação de R\$730.000,00 na área de saúde, por meio do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Sapucaí - CISMAS - (Itajubá) para aquisição de equipamentos; d) R\$400.000,00 destinados à AMESP, para aquisição de patrulha motomecanizada; e) R\$200.000,00 destinados à AMESP, para aquisição de equipamentos para a área de saúde; f) R\$255.000,00 destinados à AMESP, para aquisição de equipamentos de compostagem de lixo. Usam a palavra para a defesa do Bloco nº 1 os Srs. Paulo Andrade da Cunha, Prefeito Municipal de Carvalhos; José Magalhães Manso, Presidente da Câmara Municipal de Itanhandu, e Marcelo Hengel Madureira, Vereador à Câmara Municipal de Alfenas. Com a palavra para a defesa do Bloco nº 2, os Srs. Geraldo Thadeu Pedreira dos Santos, Prefeito Municipal de Poços de Caldas; Celso Teixeira da Silva, Prefeito Municipal de Maria da Fé, e Luiz Roberto Pieroni, Presidente da AMESP. Passa-se à votação final dos blocos de propostas. O Bloco de Propostas nº 1 recebe 105 votos, e o Bloco de Propostas nº 2, 74 votos. Ao encerrar a audiência, o coordenador agradece a participação das autoridades e dos representantes dos municípios pelo êxito da Audiência Pública da Região Sul II, agradece a acolhida do Prefeito Municipal, do Presidente da Câmara e de toda a comunidade local e declara encerrada a audiência pública regional.

Pouso Alegre, 7 de julho de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente - Arnaldo Penna, coordenador - José Militão - Jorge Eduardo de Oliveira - Ronaldo Vasconcellos - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Alberto Pinto Coelho - Sebastião Navarro Vieira - Bilac Pinto.

#### ATA DA 73ª REUNIÃO Ordinária da comissão de saúde e ação social

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e seis de junho de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Adelmo Carneiro Leão e Jorge Hannas, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Adelmo Carneiro Leão que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência passa a ler a correspondência recebida do Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Saúde, Leonardo Canabrava Turra, encaminhando os relatórios finais das auditorias do Ministério Público, do Ministério da Saúde e do Conselho Regional de Medicina-CES, isentando a Secretaria de Estado da Saúde de todas as denúncias de emprego irregular de verbas, feitas pelo ex-Presidente do COSEMS-MG. O Presidente solicita à assessoria que xerografe o documento e distribua as cópias aos membros da Comissão. A seguir, lê a moção de repúdio apresentada na Câmara Municipal de Aracitaba, assinada pela maioria absoluta dos seus Vereadores, e solicita à assessoria que analise a correspondência, para as providências cabíveis. Ato contínuo, o Presidente passa à discussão e votação de proposição de autoria da Comissão. O Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta requerimento do Deputado Ivo José, em que solicita sejam convidados a comparecer a reunião desta Comissão o Dr. José Rafael Guerra Pinto Coelho e o Deputado Federal Eduardo Jorge, para prestarem esclarecimentos sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 169/93, em tramitação no Congresso Nacional. Submetida a votação, é a matéria aprovada. A seguir, o Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta três requerimentos: no primeiro, solicita seja realizada audiência pública para se debater o financiamento da política de assistência social no Estado de Minas Gerais; no segundo, seja enviado ofício aos Ministérios da Educação e do Desporto, da Saúde e da Administração Federal e Reforma do Estado, solicitando providências para que sejam resolvidos, com a máxima urgência, os problemas referentes ao Hospital das Clínicas da UFMG; no terceiro, seja enviado ofício à UNALE demonstrando a preocupação desta Casa com relação aos problemas que afetam o Hospital das Clínicas da UFMG e solicitando que a questão seja discutida pelas demais Assembléias Legislativas congregadas pela entidade. A Presidência submete os requerimentos a votação, cada um por sua vez, os quais são aprovados por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente passa à discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Em virtude da ausência do Deputado Carlos Pimenta, o Deputado Jorge Hannas procede à leitura do parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.046/96, no 1º turno, o qual conclui pela aprovação da matéria na forma proposta. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Deputado Adelmo Carneiro Leão procede à leitura do parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.083/97, no 1º turno, o qual conclui pela aprovação da matéria na forma proposta. Colocado em votação, é o parecer aprovado. Após, a Presidência passa à discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, são aprovados, no 2º turno, os Projetos de Lei nºs 985/96, 1.097, 1.110, 1.116, 1.133 e 1.140/97 (relator: Deputado Wilson Pires); 1.085 na forma do vencido no 1º turno e 1.148/97 (relator: Deputado Carlos Pimenta); e 1.103/97 (relator: Deputado Jorge Hannas). Submetidos a discussão e votação, são aprovados, no 1º turno, os Projetos de Lei nºs 1.135/97 com emenda que recebeu o nº 1, 1.149, 1.174 e 1.188/97 (relator: Deputado Carlos Pimenta); 1.147, 1.167, 1.191 e 1.199/97 com emenda que recebeu o nº 1 (relator: Deputado Jorge Hannas); 1.154 e 1.090/97 com emenda que recebeu o nº 1 (relator: Deputado Wilson Pires). A Presidência submete a votação o Requerimento nº 2.198/97, do Deputado Jorge Hannas, nos termos da Deliberação da Mesa nº 487, o qual é aprovado. O Presidente submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 318/95, 1.081, 1.098, 1.102, 1.117, 1.131 e 1.136/97, os quais são aprovados. A seguir, informa que esta reunião se destina a ouvir a Srta. Inês Borges de Andrade sobre a aplicação da Lei nº 11.867, de 1995, que reserva percentual de cargos ou empregos públicos, no âmbito da administração pública do Estado, para pessoas portadoras de deficiência. Participam dos debates todos os Deputados, conforme consta nas notas taquigráficas. O Presidente determina à assessoria que encaminhe a documentação da Srta. Inês Borges de Andrade ao Tribunal de Justiça, à Associação Médica de Minas Gerais, à Ordem dos Advogados do Brasil e ao Conselho Regional de Medicina. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença da convidada e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 1997.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Carlos Pimenta - Jorge Hannas - Wilson Pires.

#### ATA DA 75ª REUNIÃO Ordinária da comissão de constituição e justiça

Às onze horas do dia dois de julho de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Antônio Júlio, Sebastião Costa e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e solicita ao Deputado Ivair Nogueira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita por todos. Nos termos do art. 122, IV, do Regimento Interno, a Presidência acusa o recebimento das seguintes proposições: Projetos de Lei nºs 1.262 a 1.266 e 1.269 a 1.275/97. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.137/97 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: redistribuído ao Deputado Antônio Júlio); e 1.202/97 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa). Registra-se a presença do Deputado Adelmo Carneiro Leão, e retira-se do local o Deputado Sebastião Costa. Prosseguindo, são aprovados os pareceres que concluem pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.210 e 1.246/97 (relator: redistribuídos ao Deputado Ivair Nogueira). Os Projetos de Lei nºs 1.219 e 1.227/97 tiveram sua discussão e votação adiadas em virtude de pedidos de vista e de prazo, respectivamente, deferidos pela Presidência. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.206 e 1.235/97, este com a Emenda nº 1 e 1.247/97 (relator: redistribuídos ao Deputado Antônio Júlio), 1.229 e 1.244/97 (relator: Deputado Ivair Nogueira). Nos termos do art. 189 do Regimento Interno, a Presidência determina o envio dos Projetos de Lei nºs 1.210 e 1.246/97 ao Plenário, para inclusão dos pareceres em ordem do dia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente - Sebastião Costa - Antônio Júlio - Ivair Nogueira.

#### ATA DA 16ª REUNIÃO Extraordinária DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR DIVERSAS DENÚNCIAS QUE ENVOLVEM O SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTADUAL

Às nove horas e quinze minutos do dia seis de agosto de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Durval Ângelo, Ivair Nogueira, João Batista de Oliveira, Baldonedo Napoleão, Dimas Rodrigues e Geraldo da Costa Pereira, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Ivair Nogueira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência solicita ao Deputado Ivair Nogueira que faça a leitura da seguinte correspondência: 1 - carta enviada pelo Sr. Djalma Xavier Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Belo Horizonte, fazendo denúncia dos maus-tratos a que estão sendo submetidos sete companheiros do Sindicato nas dependências do DEOESP; 2 - documentos encaminhados pelos Promotores de Justiça da Vara de Execuções Criminais, contendo o depoimento do Sr. Itamar Pereira Melgaço e também cópia da carta enviada pelos internos da Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior, da Comarca de Unaí; 3 - fax enviado pelo Sr. Levy Eduardo dos Santos, Presidente da Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais, encaminhando algumas páginas da Resolução nº 5.368, de 1º/12/76, onde estão definidas as competências dos

órgãos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para subsidiar trabalhos da Comissão; 4 - carta do detento Luiz Gonzaga da Silva, preso na 9ª Delegacia de Barbacena, na qual denuncia arbitrariedades ocorridas nessa delegacia, após a visita da Comissão, e pede providências; 5 - Ofício nº 4.593/97, da Corregedoria-Geral de Polícia, solicitando seja encaminhado ao órgão cópia da documentação do que foi apurado no Centro de Triagem de Presos da Delegacia Especializada de Vigilância Geral, especificamente no que diz respeito ao detento Vinicius Sousa Rezende Costa; 6 - carta do Sr. Getúlio Cerqueira, elogiando o trabalho realizado na Penitenciária de Teófilo Ottoni e sugerindo visita da Comissão ao local; 7 - ofício da Sra. Leila Gouveia Gomes Câmara, Presidente da Associação de Polícia Científica de Pernambuco, expressando a defesa da autonomia plena da Perícia Criminal nas esferas técnica, administrativa e financeira; 8 - ofício do Sr. Cliber José Rodrigues da Silva, Presidente da Associação de Peritos em Criminalística de Goiás, manifestando seu apoio ao Sr. Levy Eduardo dos Santos na defesa da autonomia plena, principalmente perante a autoridade policial; 9 - ofício enviado pelo Presidente da Associação de Criminalística do Estado do Paraná, manifestando seu apoio ao Sr. Levy Eduardo dos Santos; 10 - ofício enviado pelo Diretor do Instituto Médico Legal, Dr. José Carlos Rogêdo, informando que, por meio do Decreto nº 5.141, de 25/10/56, foi aprovado o formulário de Quesitos para Exames Periciais; 11 - carta dos detentos da Penitenciária de Unaí, denunciando maus-tratos e abuso de autoridade dos policiais para com os presos e solicitando sejam tomadas providências; 12 - ofício encaminhado pelo Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho, Chefe de Gabinete da Casa Civil do Estado do Rio Grande do Sul, encaminhando à Comissão cópia da Portaria nº 11, de 25/7/95, do Secretário da Justiça e da Segurança, que, por medida provisória, outorga competência à Brigada Militar para a guarda de presos naquele Estado; 13 - ofício do Dr. Tarcísio Henriques, Secretário de Estado da Justiça, encaminhando a cópia dos ofícios enviados por ele ao Superintendente de Organização Penitenciária, ao Secretário da Segurança Pública e ao Juiz de Direito da Comarca de Passos, pedindo informações sobre o preso Ademilson de Souza Cruz; 14 - ofício do Dr. Edvaldo Raimundo Bicalho Brandão, Delegado Geral de Polícia, encaminhando informações prestadas pelo Dr. Walter de Souza Oliveira, Delegado Seccional da área de Betim, sobre o problema carcerário daquela unidade. Os Deputados João Batista de Oliveira, Durval Ângelo e João Leite tecem comentários a respeito da primeira correspondência. A Presidência determina a anexação aos autos dos documentos lidos. Solicita, também, seja encaminhada cópia da carta do Sr. Djalma Xavier Silva à Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e providenciada a documentação solicitada pela Corregedoria-Geral de Polícia por meio do Ofício nº 4.593/97. A Presidência indaga se há alguma proposição a ser apresentada. O Deputado Ivair Nogueira, com a palavra, apresenta dois requerimentos: no primeiro, solicita seja encaminhado à Corregedoria-Geral de Polícia pedido de informação sobre as razões da abertura de processo administrativo contra o Perito Levy Eduardo dos Santos, no prazo de 5 dias, devido ao caráter de urgência; no segundo, solicita seja convidado a participar de reunião desta Comissão o Dr. Cássio de Souza Salomé, Juiz da Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Deputado Baldonado Napoleão apresenta requerimento, solicitando seja realizada uma visita à Cadeia Pública do Mambengo, no Município de São João del-Rei. O Presidente faz a leitura de requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, em que solicita seja recebida, em audiência da Comissão, os membros da Comissão Legislativa de Levantamento sobre a Cadeia Pública de Lagoa Santa, para se tomar conhecimento da situação carcerária nesse município. A Presidência encaminha os dois últimos requerimentos ao relator, para análise e posterior apreciação e esclarece que a 2ª Parte da reunião se destina a ouvir o Sr. Levy Eduardo dos Santos, Presidente da Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais, e o convida a tomar assento à mesa. Com a palavra, o convidado faz a sua exposição e, após o encerramento, participa de debate em que usam da palavra os Deputados Ivair Nogueira, Durval Ângelo, João Leite, Baldonado Napoleão e João Batista de Oliveira. Encerrada a discussão, a Presidência agradece a participação do Sr. Levy Eduardo dos Santos, coloca-o à vontade para se retirar e suspende a reunião para que possam ser conduzidas ao recinto as testemunhas Acidália Azevedo da Silva e Érica Maria dos Santos, Peritas do Instituto de Criminalística do Estado de Minas Gerais. Reabertos os trabalhos, o Presidente tece esclarecimentos a respeito da dinâmica das Comissões Parlamentares de Inquérito e, após a qualificação das depoentes, são feitos questionamentos a elas pelos Deputados Ivair Nogueira, Durval Ângelo, João Leite e João Batista de Oliveira. Encerrados os depoimentos, a Presidência suspende a reunião para que as Peritas possam retirar-se e sejam conduzidos à reunião os dois últimos depoentes. Com a chegada dos Srs. Fernando Gomes de Araújo e Wallace Wellington Ferraz, também Peritos do Instituto de Criminalística do Estado de Minas Gerais, e após os esclarecimentos do Presidente e a qualificação dos depoentes, são feitos questionamentos pelos Deputados Ivair Nogueira, Durval Ângelo, João Leite e João Batista de Oliveira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 7 de agosto, às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 1997.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo - Ivair Nogueira - Jorge Eduardo de Oliveira - Baldonado Napoleão.

#### ORDENS DO DIA

##### ORDEM DO DIA DA 281ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 13/8/97

###### 1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

###### 2ª Parte (Ordem do Dia)

###### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento nº 2.034/97, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, solicitando informações ao Procurador-Geral de Justiça do Estado acerca das providências de ordem judicial tomadas quanto às recomendações da CPI para apurar possíveis irregularidades no Programa de Habitação Popular, a cargo da COHAB-MG. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.149/97, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que pede informações ao Diretor-Geral do DER-MG e ao Superintendente da Administradora de Terminais sobre a cobrança de taxas e tarifas relativas a serviços prestados pela rodoviária de Belo Horizonte, na forma que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.193/97, do Deputado Anderson Aduino, em que solicita sejam encaminhadas ao Reitor da UEMG, para a devida resposta, as perguntas feitas por ocasião de sua vinda a esta Casa para falar sobre a implantação daquela Universidade. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

###### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 21/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que dá nova redação ao art. 7º da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93, que dispõe sobre normas gerais relativas ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse comum, a cargo da região metropolitana, sobre as atribuições, a organização e o funcionamento da Assembléia Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Assuntos Municipais opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 717/96, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao Município de Catas Altas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.



Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.033/96, do Deputado João Batista de Oliveira, que autoriza o Estado a reconhecer a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça e as Subemendas nºs 1 e 2, que apresenta, à Emenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.066/96, do Deputado Gil Pereira, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Cultura do Alho e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Agropecuária, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.078/96, da Deputada Maria Olívia, que institui a obrigatoriedade da identificação da empresa na parte visível dos veículos de transporte de sua propriedade. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa Social opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 691/96, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação quadrimestral da relação a que se refere o art. 44 da Lei Federal nº 8.078, de 11/9/90 (divulgação de listagem contendo o nome dos fornecedores de produtos e serviços que praticam atos contrários ao interesse do cidadão). A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 952/96, do Deputado Arnaldo Penna, que dispõe sobre a obrigatoriedade do envio, pelos cartórios de registros civis das pessoas naturais, de informações acerca da "causa mortis" das pessoas cujo óbito é neles registrado. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.077/96, da Mesa da Assembléia, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 29, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Mesa da Assembléia, que opina pela aprovação das Emendas nºs 34, 35, 39, 44 a 46, 65, 92, 106 e 114; pela rejeição das Emendas nºs 30, 32, 36, 37, 40, 41, 43, 48 a 50, 53, 57 a 59, 61, 62, 66, 67, 69, 71, 74, 77, 78, 80, 81, 83, 85 a 87, 89, 90, 93, 94 a 100, 102 a 105, 107, 108, 110 e 113; pela prejudicialidade das Emendas nºs 31, 42, 51, 54, 68, 73, 79, 88, 91, 111 e 112; pela apresentação de subemendas às Emendas nºs 7, 18, 19, 29, 33, 38, 47, 52, 55, 56, 60, 63, 64, 70, 72, 75, 76, 82, 84, 101 e 109, ficando, em consequência, prejudicadas essas emendas; e pela apresentação das Emendas nºs 115 a 123.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33/97, do Deputado Miguel Martini, que dá nova redação ao inciso III do § 1º do art. 157 da Constituição do Estado (acrescenta os termos "subprojetos ou subatividades na classificação funcional programática" ao demonstrativo que integra a lei orçamentária anual). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19/95, do Deputado Geraldo Nascimento, que dispõe sobre a identificação do usuário dos transportes coletivos urbanos, para os fins do disposto no art. 230, § 2º, da Constituição Federal (gratuidade nos transportes coletivos urbanos para maiores de 65 anos, mediante a apresentação da carteira de identidade ou de trabalho). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 738/96, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre incentivo fiscal para pessoas jurídicas que empreguem trabalhadores presos e egressos, na forma que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com o Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 740/96, do Deputado Durval Ângelo, que institui o Sistema de Número Fechado para as unidades prisionais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 741/96, do Deputado Durval Ângelo, que cria a Ouvidoria da Polícia do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.042/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter à Mitra Diocesana de Guaxupé imóvel para instalação de centro de atividades comunitárias. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 13/8/97

Pauta Complementar

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.176/97, do Deputado João Batista de Oliveira.

Ordem do dia da 71ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente, a realizar-se às 9h30min do dia 13/8/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter esclarecimentos, por meio de audiência pública, sobre as recentes denúncias veiculadas na imprensa a respeito do despejo de lixo tóxico em área do Município de São Gonçalo da Pará.

Convidados: Oswaldo Luiz Maia, Prefeito Municipal de São Gonçalo do Pará; Antônio Carlos Lima, Presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo do Pará; Paulo da Silva Rocha, Presidente da Siderúrgica Santa Maria; Maurício Andrés Ribeiro, Presidente da FEAM; Maria Dalce Ricas, Secretária Executiva da AMDA; Marcos Paulo Dani, Presidente do CETEC; Gustavo Werneck e Marlyana Tavares, jornalistas do "Estado de Minas"; Antônio Teodoro de Lacerda, Presidente do CODEMA de Divinópolis; Dr. José Carlos de Carvalho, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Ordem do dia da 62ª reunião ordinária da comissão de Agropecuária e Política Rural, a realizar-se às 10 horas do dia 13/8/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.153/97, do Deputado Dimas Rodrigues; Projetos de Resolução nºs 1.207 e 1.208/97, da Comissão de Agropecuária e Política Rural.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.162/77, do Deputado Dimas Rodrigues; 2.126/97, do Deputado Geraldo da Costa Pereira; 1.987/97, do Deputado Geraldo Rezende.

Convidados: Srs. Maurício Campos, Secretário de Indústria e Comércio; João Heraldo Santos Lima, Secretário da Fazenda; Rômulo Augusto Labbate Marques, Vice-Presidente da Sociedade Rural de Montes Claros e Diretor do PROTEC; Wildemar Maximino da Cruz, Prefeito de Janaúba; Moacir Nascimento de Carvalho, Presidente do Sindicato Rural de Janaúba; Paulo Roberto, Vereador à Câmara Municipal de Janaúba; Antônio Cândido Martins Borges, Diretor-Geral do IMA; Marco Antônio Rodrigues da Cunha, Presidente do INDI; Homero Ferreira Diniz, Superintendente da Caixa Econômica Federal, e Geraldo Ferreira Porto, Presidente do Sindicato Rural de João Pinheiro, que discutirão a reabertura do Frigorífico Kaiouba, em Janaúba.

Ordem do dia da 75ª reunião ordinária da comissão de Saúde e Ação Social, a realizar-se às 9h30min do dia 14/8/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.149/97, do Deputado Ajalmar Silva; 1.090/97, do Deputado João Batista de Oliveira; 1.188/97, do Deputado Marco Régis; 1.082/97, do Deputado Mauri Torres; 1.167/97, do Deputado Roberto Amaral.

Convidados: Dra. Maria do Carmo Freitas da Costa, Coordenadora de Biossegurança e Excelência Clínica da Clínica Dentária Especializada Cura D'Arts - CLIDEC -; Dr. José Afonso Álvares Rodrigues, Diretor do Centro Cultural Antônio Drumond, da CLIDEC; Dr. Antônio Barbosa da Silveira, Presidente do Conselho Regional de Odontologia - CRO-MG -; Dra. Maria de Lourdes Cabrera, representante da Associação Brasileira de Odontologia - ABO-MG.

Assunto: discussão sobre o Encontro Regional de Biossegurança e Controle de Infecção em Odontologia.

Ordem do dia da 38ª reunião ordinária da comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária, a realizar-se às 10 horas do dia 14/8/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciação da matéria constante na pauta e discussão das demissões que vêm ocorrendo na Companhia Siderúrgica Nacional.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.110, 2.111 e 2.113/97, do Deputado Carlos Pimenta.

**Convidado: Sr. José Belchior Barcelos, Gerente de Recursos Humanos da Siderúrgica Casa de Pedra, representando o Sr. Eduardo Rodrigues Drummond, Superintendente-Geral de Mineração da CSN.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, § 2º, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 13/8/97, com a finalidade de se homenagear o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pelo centenário de sua instalação em Belo Horizonte.

Palácio da Inconfidência, 12 de agosto de 1997.

## Romeu Queiroz, Presidente.

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.262/97

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer

#### Relatório

De iniciativa do Deputado Roberto Amaral, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Madrigal Scala, com sede no Município de Belo Horizonte.

Preliminarmente, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme dispõe o art. 104, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O canto coral madrigal é uma forma musical que se desenvolveu no século XVI, a partir da Reforma protestante. Tornou-se um dos gêneros mais importantes da música profana italiana, e foi sob sua influência que se operou a secularização da música, mediante a utilização de textos profanos e fórmulas melódicas novas, de um cromatismo intenso.

A entidade em questão foi constituída com o objetivo de levar esse gênero musical ao conhecimento público, oferecendo à comunidade belo-horizontina espetáculos de alto nível e beleza.

Entendemos, pois, que a instituição contribui de forma substancial para engrandecer culturalmente a nossa Capital, razão pela qual achamos justa e oportuna a outorga do título declaratório de utilidade pública ao Madrigal Scala.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.262/97 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1997.

Sebastião Navarro Vieira, relator.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

277ª reunião ordinária deliberativa

Discursos Proferidos em 5/8/97

O Deputado Ronaldo Vasconcellos - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, assessoria desta Casa, pessoas presentes nas galerias da nossa Assembléia, membros da imprensa, retomando os nossos trabalhos deste semestre, gostaria de tornar público aos meus companheiros Deputados e às minhas colegas Deputadas um estudo realizado por mim, durante esse recesso parlamentar, com o objetivo de que a nossa centenária cidade de Belo Horizonte controle seu nível de poluição atmosférica. Para isso, apresentamos, para discussão e revisão desta Casa, um programa de restrição à circulação de veículos automotores na Região da Grande Belo Horizonte. O que queremos é que nossos veículos, notadamente os particulares, que são, na verdade, fontes móveis de poluição, tenham a sua circulação restrita em determinado período do ano, em determinado horário do dia, a fim de que esses veículos, em número de 800 mil aqui na Capital do Estado, não poluam tanto a nossa atmosfera com a produção de descarga de fumaça preta, ou que a produzam em menor quantidade que a produzida hoje. A nossa idéia tem o pressuposto de tentar controlar ou diminuir a emissão dos poluentes monóxido de carbono - CO - e dióxido de enxofre - SO<sup>2</sup> -. É um trabalho preventivo e, acima de tudo, para que o princípio da precaução seja estabelecido em Belo Horizonte e na Região Metropolitana da nossa Capital.

Quero chamar a atenção dos nobres Deputados e Deputadas para que reflitam e trabalhem conosco nesse projeto de lei, que, na verdade, é autorizativo, mas que tem por finalidade dar o pontapé inicial nessa discussão tão importante para a questão do ar de Belo Horizonte, sim, mas, principalmente, para o trânsito da nossa Capital, com seus crônicos congestionamentos, com seus acidentes diários, com as perdas de tempo durante o trajeto entre casa e local de diversão ou local de trabalho. Tivemos o cuidado de estudar o processo ocorrido na cidade de São Paulo, que colocou esse programa de restrição à circulação de veículos automotores desde 1995, em caráter experimental, repetiu-o em 1996 e o faz agora, em 1997, com pleno sucesso e plena aceitação da população, ao contrário do que aconteceu no começo, quando, principalmente a população da classe média, aquela que possui um veículo apenas, questionava a viabilidade, a necessidade e a vitória desse programa de restrição à circulação de veículos automotores, que alguns chamam, diretamente, de rodízio entre os veículos de acordo com a placa.

A preocupação com o trânsito de Belo Horizonte todos conhecem, é por causa dos fatores já abordados, de congestionamento, de perda de tempo, das tensões sociais, dos acidentes que ocorrem, mas, principalmente, porque a cidade de Belo Horizonte não tem os recursos financeiros necessários para a realização de grandes obras viárias, que podem ser discutidas, ou não, e que são necessárias, não por causa da atual administração do Prefeito Célio de Castro, que é um bom Prefeito para Belo Horizonte. Isso acontece por causa da própria questão municipal brasileira, que, principalmente hoje, tem um Presidente da República que é muito pouco municipalista e essencialmente centralizador, haja vista a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal. O impedimento, por circunstâncias financeiras, da realização dessas obras viárias, torna necessário um tratamento diferenciado para o nosso trânsito, infelizmente sacrificando um pouco as pessoas que possuem veículos particulares.

Quero chamar a atenção para os casos exemplares, do ponto de vista negativo, de cidades como Santiago do Chile, que hoje foi obrigada a tomar R\$600.000.000,00, financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, para investir no controle da poluição atmosférica. Também a cidade do México, a cidade mais poluída do mundo, do ponto de vista urbano, tem gasto volumes enormes de recursos financeiros na tentativa de melhorar o seu ar. Então, a nossa intenção, ao propor esse programa, volto a repetir, é reduzir a circulação de veículos automotores, que alguns chamam simplesmente de rodízio; é um trabalho de precaução; é um trabalho para preparar essa cidade para viver bem no próximo século. Mas não queremos nada de maneira forçada. Queremos, como diz o próprio texto do projeto, em seu art. 9º, que esse programa de restrição à circulação de veículos automotores na região da Grande Belo Horizonte seja submetido a amplo debate e consulta popular, no prazo de 12 meses, a contar da data da promulgação dessa lei, na forma disciplinada em regulamento, que prevê seja feito por decreto.

É uma questão, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, de solidariedade social, um sacrifício social pequeno de cada um para um ganho grande da coletividade belo-horizontina e de municípios da região metropolitana, que, devido à conurbação, já estão sofrendo o efeito do problema de outras cidades. Nesse período de inverno, temos o fenômeno da inversão térmica, que é natural e sobre ele é quase impossível ter controle, mas podemos ter controle dos poluentes, trabalhar a dificuldade de se trafegar por Belo Horizonte e pelas cidades da região metropolitana.

Aproveito esta oportunidade para dizer que apresentei esse projeto de lei no dia 30/7/97, já com os seus princípios, os seus artigos, e ontem a BHTrans teve a oportunidade, através de seu Presidente, nosso ex-colega Deputado Antônio Carlos Pereira, durante a realização do Congresso da Associação Nacional dos Transportadores Públicos, de anunciar que a Prefeitura de Belo Horizonte e a BHTrans estão estudando a questão e vão mandar, ainda este ano, um projeto de lei, com o mesmo pensamento, à Câmara Municipal. Gostaria, desta tribuna, de parabenizar a Prefeitura de Belo Horizonte, o Dr. Célio de Castro, a BHTrans, que é uma entidade séria e competente, bem administrada pelo nosso ex-colega Deputado Antônio Carlos Pereira, por ter tomado essa decisão. Quero colocar-me inteiramente à disposição da BHTrans para discutir em conjunto essa questão tão importante para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Chamarei a atenção, embora o problema maior seja da Capital, que tem 800 mil veículos, para o nosso trabalho, que precisará ter uma visão metropolitana para que consigamos ter, principalmente, mais fluidez no tráfego dos veículos, que são, volto a repetir, em número exagerado na Capital do Estado.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, chamo a atenção para um dado muito importante: hoje, temos, praticamente, 800 mil veículos transitando apenas na Capital, e um emplacamento mensal em torno de 5.500 carros, que vão trafegar nas mesmas ruas, praças, avenidas. Quase não vemos obras viárias acontecerem em Belo Horizonte; ficamos assustados com o número crescente de veículos que transitam nos mesmos locais.

Quero parabenizar o Presidente da BHTrans, Antônio Carlos Pereira, por tomar essa decisão. Quero, de público, colocar-me à disposição do Presidente da BHTrans, do Prefeito Célio de Castro, para discutirmos essa questão do ponto de vista metropolitano. Aproveito a presença do Deputado Durval Ângelo para pedir a ele que transmita ao Presidente da BHTrans, Antônio Carlos Pereira, os nossos parabéns não só por tomar essa iniciativa, ao querer propor à Câmara Municipal de Belo Horizonte um projeto de restrição à circulação de veículos automotores, mas também porque ontem a nossa BHTrans, tão criticada por alguns, recebeu o prêmio de melhor gerenciadora de trânsito de todo o Brasil, num congresso realizado no Minascentro.

Podemos ter dúvida se essa questão é municipal ou metropolitana, mas é importante lembrar que este Deputado foi o autor da lei que criou a Assembléia Metropolitana de Belo Horizonte - AMBEL -, que hoje, felizmente, continua existindo, embora com alguma dificuldade. Lembro os debates que mantive com dois luminares da questão metropolitana de transportes: de um lado, representando o PT, a ilustre figura de João Luiz da Silva Dias, uma das pessoas que mais conhece transporte do Brasil; do outro lado, representando o Governo do Estado, o Dr. Antônio Augusto Anastasia, e este Deputado intermediando o debate entre o município e o Estado.

A revista "Veja", de grande circulação nacional, com mais de 600 mil exemplares, publicou, na edição de 9/7/97, na última página, uma matéria interessantíssima, assinada pelo ilustre jornalista Roberto Pompeu de Toledo, na coluna "Ensaio", com o seguinte título: "Como nos Livramos da Praga das Geringonças". A minha justificativa é, na verdade, o texto completo, "ipsis litteris", do artigo dessa revista.

Termo dizendo que fica lançada essa idéia, para que discutamos na Assembléia e em todos as instâncias onde formos convidados. Queremos deixar, depois de todas as discussões, as definições mais detalhadas dessa questão tão importante para o ar da nossa Capital, para a qualidade de vida de todos os 3 milhões de pessoas que habitam a Região Metropolitana de Belo Horizonte, cidade centenária, que merece ter melhor qualidade de vida. Muito obrigado.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoas aqui presentes, na primeira reunião do Plenário da qual tenho a oportunidade de participar neste semestre, gostaria de trazer algumas preocupações que vêm gerando transtornos para muitas famílias em Belo Horizonte, principalmente para a categoria dos trabalhadores que luta por dias melhores em nosso País.

Venho a esta tribuna expressar solidariedade à categoria dos trabalhadores rodoviários que, neste momento, realiza uma manifestação pública em frente ao Departamento de Operações Especiais, em protesto pela prisão de Diretores de seu sindicato e de outros trabalhadores.

Os trabalhadores estão presos há 12 dias, desde 25 de julho, quando participavam do movimento salarial da categoria e do evento contra a política neoliberal "Abre o Olho Brasil", realizado de norte a sul do País. A participação nesses legítimos movimentos reivindicatórios e de protesto valeram-lhes as acusações de formação de quadrilha, de danos ao patrimônio e de lesão corporal de natureza grave.

A manutenção dos sindicalistas na prisão, a negação de sua liberdade provisória e as acusações que lhes foram impostas são fatos preocupantes. Representam uma séria violação dos direitos constitucionais de greve, de manifestação e expressão pública. O cerceamento de liberdades fundamentais do Estado de direito significa atentado à própria democracia.

Por isso, a consciência democrática de Minas repudia veementemente as prisões, as artimanhas jurídicas, os atos protelatórios que estão sendo usados para manter os trabalhadores retidos numa delegacia já célebre pelas constantes agressões aos direitos fundamentais da pessoa humana.

A consciência democrática e os mais altos valores da mineiridade repudiam também os constrangimentos a que têm sido submetidos os sindicalistas na prisão. Um dos trabalhadores está com seqüelas na mão direita, porque os policiais apertaram demais as algemas durante o interrogatório. Outro, foi assustado com a explosão de uma bomba de efeito moral, enquanto tomava banho.

Na cela onde estão, os trabalhadores dormem no chão e não mudam de roupa desde que foram detidos. Os alimentos enviados por suas famílias nunca lhes são entregues. Não obstante isso, são vítimas ainda de atos acintosamente ilegais: um dos trabalhadores foi retirado da cela e levado três vezes para fazer aditamentos ao depoimento, sem que seu advogado estivesse presente.

As esposas dos trabalhadores também são submetidas a constrangimentos quando visitam os maridos. Elas são obrigadas a se despirem para a revista, antes de poderem encontrar com seus companheiros. São agredidas com palavrões, deboches e pressionadas por policiais a delatar quem teria, supostamente, incitado seus maridos a participar da greve e das manifestações no dia 25 de julho.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) - Acredito que a primeira impressão do relato que V. Exa. faz neste Plenário, nobre colega Deputado João Batista de Oliveira, é de que seja a respeito dos períodos duros da ditadura neste País. Parece que estamos no início dos anos 70, quando prevalecia o arbítrio, a força do Estado, e as normas mínimas de garantias legais e de respeito aos direitos humanos não eram garantidas aos que pensavam diferente daqueles que usurparam o poder no ano de 1964. Mas o que nos agride mais ainda é saber que esse relato é sobre um fato acontecido recentemente, no mês passado, no dia 25 de julho deste ano, e num Estado que advoga que é democrático. Vemos que é uma verdadeira afronta aos princípios mínimos da democracia.

Temos cinco sindicalistas presos arbitrariamente, presos à revelia de qualquer preceito legal e sofrendo constrangimentos naquele maldado DEOESP, antigo DOPS, por onde passaram aqueles que cometiam um único crime: pensar diferentemente daqueles que usurparam o poder em 1964.

É lamentável que um governo que se diz democrático, como esse tal Governo do PSDB, permita que fatos como esse aconteçam, inclusive constrangimentos que os trabalhadores estão sofrendo. No Brasil inteiro, no Dia Nacional de Luta, aconteceram prisões, e é bom que se diga: em todas as Capitais e cidades do interior onde a violência das prisões prevaleceram, os sindicalistas e os manifestantes já se encontram soltos, e, infelizmente, em Minas Gerais, os cinco sindicalistas estão presos, praticamente incomunicáveis, sofrendo constrangimentos naquela masmorra do arbítrio e da repressão, que é o DEOESP.

Nossa solidariedade com V. Exa. pelo seu pronunciamento e a certeza de que estaremos presentes, às 16 horas, ao ato público que vai acontecer em frente ao DEOESP. Fazemos uma convocação aos Deputados democratas desta Casa para que estejam lá, protestando contra essa violência, contra o arbítrio. Acho que o pronunciamento que V. Exa. está realizando neste Plenário é muito acertado, no sentido de alertar sobre esse grave problema que vivemos em Minas Gerais.

O Deputado João Batista de Oliveira - Obrigado, Deputado.

Ao que tudo indica, há interesse em transformar as prisões dos sindicalistas Antônio Valério dos Santos, Willer Marcos Ferreira, Márcio Batista, Waldir Ribeiro de Moraes, Geraldo Gomes e dos trabalhadores Moisés Oliveira e Cristiano Gomes em punições e condenações exemplares, com o lamentável objetivo de atingir o direito de greve.

Foi rejeitada até mesmo a determinação da Promotoria Pública, no dia 29 de julho, quando se reconheceu não existir base legal para a prisão dos sindicalistas. A 7ª Vara da Justiça, contudo, sustenta as prisões também com a argumentação de que o movimento salarial caracterizou "bagunça, baderna e perturbação da ordem pública".

Sabe-se que movimentos grevistas e de protesto tem um componente emocional muito forte. Mas as acusações de abuso sempre são contra os trabalhadores e nunca contra a polícia, que, teoricamente, deveria proporcionar segurança aos manifestantes e garantir o seu livre direito à manifestação. Mas os excessos e as agressões policiais, mesmo quando envolvem danos físicos e sangue, não ocupam a Justiça nem são objeto de sua condenação.

A acusação de formação de quadrilha que pesa contra os rodoviários lança uma sombra de suspeição contra uma das maiores conquistas dos trabalhadores e dos tempos modernos, que é o sindicato. Se os seus diretores, livremente eleitos por sua base, são acusados de quadrilheiros, então passa a pesar contra o sindicato a pecha de organização criminosas.

Mas os abusos dos policiais contra a sociedade não caracterizam formação de quadrilha, mesmo quando seus integrantes invadem arbitrária e criminosamente o Hospital de Pronto Socorro para o espancamento de um detento com problemas de saúde, que dava entrada de maca na instituição.

Srs. Deputados, faço aqui um apelo para que nossa Casa, sempre fiel às suas libertárias tradições e aos interesses maiores dos cidadãos de Minas Gerais, use sua influência política para impedir que trabalhadores honestos no exercício legítimo de seus direitos constitucionais possam ser bárbara e equivocadamente penalizados.

Comunico que estou encaminhando nota ao Governador do Estado e ao Secretário da Segurança Pública, manifestando preocupação com os fatos denunciados nesta tribuna e solicitando a soltura imediata dos trabalhadores presos.

O Deputado Arnaldo Penna (Em aparte)\* - Gostaríamos de demonstrar a nossa apreensão com a prisão dos sindicalistas, sobretudo porque o delito que se poderia imputar-lhes não justificaria, de forma alguma, a decretação de sua prisão.

Entendemos que deveríamos solicitar o relaxamento da prisão desses sindicalistas, dizendo que essa prisão não é um ato que se possa debitar ao Poder Executivo do Estado, mas sim um ato originário do Poder Judiciário, que deveria ser decidido junto ao referido Poder. Tenho notícias de manifestações junto à delegacia de polícia em defesa da liberdade desses sindicalistas e gostaria de dizer que essa manifestação, provavelmente, não renderá nenhum fruto, uma vez que a decisão de colocar os sindicalistas em liberdade não poderá ser da autoridade policial, mas sim de uma decisão judicial, que esperamos firmemente venha a ocorrer, para que essas pessoas possam proceder à sua defesa em liberdade. Esta é a manifestação que gostaríamos de fazer. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado João Batista de Oliveira - Agradeço ao colega Arnaldo Penna pelo aparte e solicito ao Sr. Presidente que seja nomeada uma comissão para fazer uma visita aos companheiros trabalhadores que se encontram presos, demonstrando o pensamento da Casa de que trabalhador tem que ser tratado como trabalhador. Sabemos que, neste momento, Minas Gerais passa por uma fase de reflexão sobre os acontecimentos recentes, referentes à movimentação da Polícia Militar. Sabemos também que esta Casa tem compromisso com a liberdade e com os direitos fundamentais do homem.

Concedo, neste instante, um aparte ao Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (Em aparte)\* - Deputado João Batista de Oliveira, estou acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Exa.; e também estou preocupado com a situação desses trabalhadores, presos há alguns dias. Aguardamos a manifestação do Judiciário em relação ao pedido de "habeas corpus" e esperamos que a liberação dos trabalhadores seja concedida. No momento em que a sociedade brasileira discute especialmente a falência total da pena de privação da liberdade, em que se discute a importância da adoção de penas alternativas, o que tem acontecido no mundo inteiro, não nos parece justo que trabalhadores que têm seus domicílios em Belo Horizonte, têm aqui suas famílias, permaneçam presos em uma delegacia por tanto tempo. Esperamos que o Judiciário seja sensível ao momento que atravessamos em nosso país, quando, especialmente numa questão como essa, não conseguimos mais pensar em pessoas privadas de sua liberdade, já que todas elas têm seu domicílio próprio, podendo ser encontradas a qualquer momento. Aguardamos a manifestação do Judiciário e que ela seja favorável à libertação desses trabalhadores.

O Deputado João Batista de Oliveira - Agradeço o aparte do nobre colega, Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, Deputado João Leite. Para reflexão de todos nós, gostaria de dizer que, na semana passada, todo o povo pôde tomar conhecimento, através da imprensa, de que uma determinada pessoa foi encontrada portando 250kg de explosivos, clandestinamente, em sua residência, parece-me que em Mariana. Caso essa carga explodisse, mataria todos os habitantes da cidade. Essa pessoa foi presa, detida, pagou a fiança de R\$200,00 e foi solta na hora. Já os trabalhadores, que estão lutando por melhores salários, melhores condições de trabalho e, principalmente, por melhores condições de prestar serviço de melhor qualidade à população, estão presos. Entendemos isso como uma retaliação e chamamos a atenção da justiça para fatos como esse, em que um homem que arrisca a vida de uma cidade inteira com 250kg de explosivos pode pagar uma pequena fiança e ficar livre, enquanto trabalhadores se encontram dormindo no cimento frio, deixando de ganhar o pão para seus filhos. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Roberto Amaral - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, distinto e seletor público, representantes da imprensa, povo mineiro; vivemos hoje momento de expectativa quanto a um novo ciclo de desenvolvimento; pelo menos, é o que indicam manifestações de governos e grupos privados externos, no sentido de retomarem os investimentos no País. É o que se espera, também, das reformas em curso no Congresso Nacional, vistas como pressuposto para a manutenção da estabilidade econômica e a viabilização de um crescimento duradouro.

Nesse contexto, Minas tem motivos para acreditar que os próximos anos serão promissores. Mais do que o conjunto dos Estados brasileiros, somos favorecidos por alguns fatores que nos permitem fazer projeções otimistas. Dentre esses, destacam-se os ligados à preparação para o aquecimento da economia, especialmente a criação de uma infra-estrutura que possibilite a implantação e sustentação de projetos do setor privado e do estatal. Nessa tarefa, as administrações estaduais têm contado com o apoio e a competência de um segmento que, há muito tempo, se destaca não apenas em âmbito estadual, mas também nacional: o da construção de obras públicas, mais conhecido como a construção pesada. É ele que se encarrega, por exemplo, das rodovias, ferrovias, centrais energéticas, saneamento básico, vias urbanas, aeroportos, pontes e viadutos. Não se pode pensar na expansão da indústria automobilística e, conseqüentemente, num consumo maior de veículos, sem a correspondente capacidade de circulação das estradas e vias urbanas. Vimos recentemente o caos do trânsito em algumas cidades do País. Da mesma forma, não há como produzir grandes safras agrícolas sem o risco de grandes perdas, se não houver condições de escoamento e distribuição dos alimentos. Recentemente, é bom que se destaque, o Ministério da Agricultura lançou um programa para evitar perdas e desperdícios na produção. Ainda, não há como instalar unidades de produção em regiões carentes de suporte, de energia, saneamento ou, mesmo, de empresas fornecedoras. Em todos esses setores, é fundamental o trabalho da construção pesada. Podemos afirmar, sem receio de estar cometendo qualquer exagero, que ela é uma das molas propulsoras do desenvolvimento, pois executa obras em todos os campos da infra-estrutura, viabilizando as atividades econômicas, a implantação de serviços e o bem-estar da população. Esse processo contribui também significativamente para a geração de empregos, o que tanto necessitamos.

É por isso que não podemos deixar de nos congratular com a entidade que representa o setor em Minas, o Sindicato da Indústria da Construção Pesada, vulgarmente conhecido como SICEPOT-MG, por ocasião da posse de sua nova diretoria, ocorrida no mês passado. Temos a certeza de que o SICEPOT, tendo à frente o empresário Emir Cadar, reconduzido à Presidência após a profícua gestão do último triênio, continuará prestando os melhores serviços às empresas associadas e, conseqüentemente, ao Estado. Sua preocupação com a qualidade, a presteza e a eficiência são a garantia de que as empreiteiras de Minas permanecerão usufruindo de alto conceito no cenário nacional. Com esse objetivo, a entidade não poupa esforços para oferecer todos os tipos de assistência ao corpo de associados, destacando-se nas áreas de assessoramento jurídico, desenvolvimento tecnológico e aprimoramento da capacidade produtiva de empresários e funcionários, aí incluídos cursos de treinamento, palestras e seminários. Esse apoio é imprescindível para as empresas não apenas por seu peso econômico, mas também pelas dificuldades que vêm enfrentando há muitos anos, por terem como clientes preferenciais as instituições públicas, em suas diversas instâncias.

Todos sabemos dos problemas financeiros que vêm minando os recursos e restringindo os investimentos das administrações municipais e estaduais nos últimos tempos, mas em Minas Gerais é diferente. Quero destacar e salientar o Café Parlamentar, ocorrido hoje, na Associação Comercial de Minas Gerais, quando o Secretário de Transportes e Obras Públicas, Antônio Aureliano Sanches de Mendonça, informou a preocupação que o Governador Eduardo Azeredo tem para com esse segmento e apresentou um plano de obras para todo o sistema viário do Estado.

Mas a atuação do SICEPOT limita às questões econômicas e conjunturais. Ele se preocupa também com os aspectos humanos e sociais das relações que se processam dentro das empresas. É nesse campo que desponta o trabalho do Núcleo Feminino Construção e Cidadania, coordenado pelas esposas dos empresários associados. Criado inicialmente para desenvolver atividades socioculturais voltadas para as famílias dos dirigentes das empresas, o Núcleo passou a atuar também em projetos que envolvem os empregados e seus familiares. Exemplo desse trabalho é o Programa de Profissionalização de Adolescentes, destinado a jovens na faixa de 13 a 17 anos. Dirigido principalmente a menores provenientes de famílias de baixa renda, esse Programa, que consiste em cursos profissionalizantes e educação extracurricular apropriada para essa faixa etária, tem um elevado alcance social, pois proporciona a um grande número de jovens acesso ao mercado de trabalho.

Por ser oportuno, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero registrar a realização do I Fórum Nacional da Adolescência, Educação e Trabalho, em Belo Horizonte. Durante três dias, serão discutidos temas de alta relevância, como o verdadeiro conceito do trabalho educativo, o que é necessário para viabilizar a sua implantação e qual o papel do Governo no setor produtivo da sociedade civil. Esses temas estão sendo discutidos por representantes de todos os segmentos envolvidos com a educação profissional do adolescente. Essas questões são urgentes e necessárias e definirão não apenas o problema relacionado à sua área, mas também ao futuro do Brasil. Ontem, na solenidade de abertura, com a participação do Ministro Paulo Paiva e do Dr. Stefan Bogdan Salej, Presidente da FIEMG, entre outras autoridades, tivemos a oportunidade de participar da conferência magna, a cargo da Dra. Ruth Cardoso, Presidente do Conselho da Comunidade Solidária, que relevantes serviços tem prestado à população carente do Brasil, com o desenvolvimento de trabalhos de alto significado quanto à ação social do Governo Federal.

Poderíamos citar diversas outras iniciativas desenvolvidas pelo Sindicato, relacionadas ao seu dinamismo como entidade de classe e suas preocupações sociais, mas isso é desnecessário. O SICEPOT, para os mineiros, é sinônimo de competência e seriedade, virtudes cultivadas e consolidadas durante seus 29 anos de existência. Em nosso nome e da Assembléia Legislativa, parabenizamos a nova Diretoria Executiva do SICEPOT, na pessoa do Presidente Emir Cadar, assim como os Conselhos Fiscal e Consultivo e os Delegados Representantes junto à Federação das Indústrias, que têm a incumbência de conduzir a entidade até o ano 2000. Sabemos que irão fazê-lo com a dedicação e o compromisso de sempre com o desenvolvimento de Minas.

Era o que tínhamos a dizer.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, peço-lhes licença para prestar, na tarde de hoje, uma homenagem a um servidor que, segundo noticiado no "Assembléia Informa", estará se aposentando.

A licença é pedida porque falarei na condição de amigo novo daquele servidor. E, como amigo, corro o risco de me perder nos caminhos da cordialidade e não me encontrar nos caminhos da razão.

Acredito, contudo, que vale a pena correr esse risco. Não é todo dia que nós, Deputados, encontramos um servidor público da competência do Dr. Antônio Geraldo Pinto, que deixa o corpo de servidores efetivos desta Casa, no próximo dia 21. Irá se beneficiar do instituto da aposentadoria.

Benefício, diga-se primeiramente, muito merecido. São 40 anos de serviços à causa do Legislativo mineiro.

Posso dizer, até, que o Dr. Antônio Geraldo, sem falsa modéstia e com o estilo que lhe é peculiar, repetirá o poema de Horácio e nos afirmará: "Executei um monumento mais duradouro que o bronze".

Sim, a história de vida e o profundo respeito à norma e à técnica legislativas são os maiores exemplos que Antônio Geraldo Pinto deixa para esta Casa.

Minha convivência com o Dr. Antônio Geraldo tornou-se mais estreita por ocasião dos trabalhos da Comissão que cuidou do estudo do Regimento Interno.

Tínhamos todos nós, membros da mencionada Comissão, um respeito sagrado à manifestação do Dr. Antônio Geraldo. Sua intervenção era sempre segura e norteadora dos rumos que deveríamos seguir.

Acredito, até, que a ação que empreendemos tornou-se mais fácil graças à abnegação e ao tirocinio do Dr. Antônio Geraldo.

Na qualidade de coordenador daquela Comissão, aprendi com ele a manifestar de forma contundente o absoluto respeito à norma regimental. Com ele, passei a ver o Regimento Interno não mais como a "camisa-de-força" dos Deputados, mas sim, como o instrumento operacional de salvaguarda dos primários direitos e deveres do parlamentar.

Hoje, vendo à distância o trabalho que realizamos sob a inspiração do Dr. Antônio Geraldo Pinto, entendo com maior nitidez o que me fez rebelar-me contra as chamadas "emendas frankenstein".

De fato, quando levei ao meu partido a idéia de que não mais déssemos apoio às emendas espúrias ou oportunistas, idéia, aliás, plenamente sintonizada com a ação de nosso Presidente, Deputado Romeu Queiroz, estava, na realidade, concretizando o ideal preconizado pelo Dr. Antônio Geraldo: dar vida à ação parlamentar através da obediência à norma regimental.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos (Em aparte) - Deputado Sebastião Navarro Vieira, gostaria de parabenizar a V. Exa., que está tendo a oportunidade de homenagear alguém que prestou e ainda presta os melhores serviços a esta Casa. V. Exa. foi muito justo e muito preciso nessa homenagem.

Há 11 anos, quando entrei para esta Casa, aprendi muito com o Dr. Antônio Geraldo não somente com relação ao Regimento Interno, mas também com relação às questões políticas. Algumas vezes, o Dr. Antônio Geraldo proferiu palestras no interior do Estado. Nessas oportunidades, ele saiu ovacionado pelos presentes, tal o seu conhecimento, a sua boa-vontade, a sua energia ao transmitir seus ensinamentos sobre o Regimento Interno de uma casa legislativa como a Assembléia de Minas.

Portanto, rendo minhas homenagens ao ilustre companheiro, Dr. Antônio Geraldo. Gostaria de solicitar à Mesa desta Casa que estudasse uma forma que permitisse a permanência do Dr. Antônio Geraldo nesta Casa, em virtude de seus conhecimentos, de sua dedicação e de sua boa-vontade em orientar e ensinar todos aqueles que lidam com a questão regimental em Minas Gerais. Parabéns, Deputado Sebastião Navarro Vieira. Parabéns, Dr. Antônio Geraldo.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Agradeço o importante aparte do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que vem abrilhantar este modesto pronunciamento que tenho a oportunidade de realizar nesta tarde, reconhecendo os méritos do Dr. Antônio Geraldo e traduzindo a gratidão que cada integrante desta Casa apresenta na oportunidade de sua aposentadoria, pelos grandes e relevantes serviços que prestou, ao longo de 40 anos, ao nosso Legislativo e, principalmente, pela amizade que dedicou a cada um dos parlamentares com quem teve a oportunidade de conviver durante seu tempo profícuo de trabalho.

Deduzo, e aqui o faço de maneira extremamente pessoal, que o Dr. Antônio Geraldo Pinto emprestou à Assembléia o mais belo da vida de um homem: o serviço pelo exemplo.

Assim sendo, em sua forma clássica no falar, "lorde entre os lordes", na intransigente defesa de suas idéias, no profundo respeito à atividade legiferante e, principalmente, no cordial, fraterno e amigo compartilhar da angústia por uma sociedade mais justa, o Dr. Antônio Geraldo faz-me evocar Sêneca para relembrar que "o caminho da sabedoria é longo através de preceitos, breve e eficaz através de exemplos".

Seus 40 anos nesta Casa, Dr. Antônio Geraldo, são a marca mais significativa de sua sabedoria. Tanto assim é que sua aposentadoria não é aceita. É tolerada. É compreendida.

Aquela compreensão que o tornou o consultor de todos os efetivos, conselheiro "ad hoc" do pessoal de recrutamento amplo e fiel escudeiro do princípio maior desta Casa: o de ser a construtora da utopia.

Parabéns, Dr. Antônio Geraldo. Aposente-se. Curta o merecido descanso do relógio de ponto e da hora aprazada. Sua presença, contudo, continuará a ser exigida em nossa Escola do Legislativa. Afinal de contas, ainda há um longo caminho a ser percorrido através da transmissão segura de seus sábios ensinamentos. Através, enfim, de seus reconhecidos exemplos de vida.

Receba, Dr. Antônio Geraldo, o meu abraço amigo, grato e sempre leal a seus exemplos de sabedoria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 6/8/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.245, de 1995, 1.395 e 1.457, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

##### Gabinete do Deputado Arnaldo Penna

exonerando Anaximandro Lourenço Azevedo Feres do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

exonerando Eustáquio Francisco Carvalho do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25;

nomeando Edmir Luis Pena Carvalho para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25;

nomeando Ledir da Costa para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

##### Gabinete do Deputado Geraldo da Costa Pereira

exonerando Nilce Maria Grossi Chagas do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23;

exonerando Rosângela da Costa Vasconcelos do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

nomeando Nilce Maria Grossi Chagas para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

nomeando Rosângela da Costa Vasconcelos para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23.

##### Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

exonerando, a partir de 5/8/97, Marco Aurélio Braz do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, e 1.429, de 23/4/97, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Anaximandro Lourenço Azevedo Feres para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, e 1.429, de 23/4/97, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Eustáquio Francisco Carvalho para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira.

#### EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as Entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a Concessão de Subvenção Social e auxílio para despesa de Capital

Convênio Nº 00666 - Valor: R\$1.150,00.

Entidade: Associação Comun. Pequenos Prod. Rurais Pócos - São João Ponte.

Deputado: Elbe Brandão.

Convênio Nº 00667 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Minduri - Minduri.

Deputado: Ronaldo Vasconcelos.

Convênio Nº 00668 - Valor: R\$20.000,00.

Entidade: Hospital Fraternidade Pescador - Pescador.

Deputado: Kemil Kumaira.

Convênio Nº 00669 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Nossa Sra. Rosa Mistica - Rio Pomba.

Deputado: Bene Guedes.

Convênio Nº 00670 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Bras Pires - Bras Pires.

Deputado: Baldonado Napoleao.

Convênio Nº 00672 - Valor: R\$7.000,00.

Entidade: Casa Memoria Vale Sao Francisco - Januaria.

Deputado: Raul Lima Neto.

Convênio Nº 00673 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Grupo Espirita Legionarios Maria - Patos Minas.

Deputado: Hely Tarquinio.

Convênio Nº 00689 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Fundacao Educativa Cultural Candides - Divinopolis.

Deputado: Geraldo da Costa Pereira.